



Relatório de Atividades

4º trimestre de 2022





Tribunal de Contas do Estado do Piauí

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheiros

Kleber Dantas Eulálio (Vice-Presidente)

Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Corregedor)

Abelardo Pio Vilanova e Silva (Ouvidor)

Flora Izabel Nobre Rodrigues (Controladora Interna)

Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Presidente 1ª Câmara)

Cons. Waltânia Mª Nogueira de S. Leal Alvarenga (Presidente 2ª Câmara)

Conselheiros Substitutos

Allisson Felipe de Araújo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador Geral

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Procuradores de Contas

Leandro Maciel do Nascimento

José Araújo Pinheiro Júnior

Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Plínio Valente Ramos Neto

Secretário de Controle Externo

Luis Batista de Sousa Júnior

Secretário Administrativo

Paulo Ivan da Silva Santos

Secretária das Sessões

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

Secretário de Tecnologia da Informação

Antonio Moreira da Silva Filho

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao quarto trimestre do ano de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico institucional 2020-2023, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro – ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Governança a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

LISTA DE FIGURAS

1. TCE/PI.....	07
2. MAPA ESTRATÉGICO DO TCE/PI	35
3. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	45
4. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	50
5. ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA	52
6. ATIVIDADES DA CS.....	53

LISTA DE QUADROS

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	08
2. NOTÍCIAS	09
3. SESSÕES REALIZADAS.....	10
4. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS	10
5. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR	11
6. PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS.....	12
7. RESULTADO DE JULGAMENTO	12
8. ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS	13
9. MEDIDAS CAUTELARES.....	15
10. ATOS DE PESSOAL APRECIADOS	15
11. CERTIDÕES EMITIDAS	16
12. MULTAS E SANÇÕES APLICADAS.....	17
13. PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS	18
14. CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS	19
15. ATIVIDADES DO MPC.....	20
16. ATIVIDADES DA SECEX	21
17. ATIVIDADES DO NPDCEX	22
18. EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI.....	24
19. ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI.....	24
20. EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR	25
21. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR.....	26
22. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE	26
23. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE	27
24. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM	28
25. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM.....	29
26. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG	30

27. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG	31
28. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP	31
29. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP	34
30. CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI.....	36
31. ATIVIDADES DA GOV.....	37
32. ATIVIDADES DA SO	38
33. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	38
34. ATIVIDADES DA SF.....	38
35. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA.....	39
36. ATIVIDADES DA SC	39
37. ATIVIDADES DA SEINF	40
38. SIAFE-PI	41
39. ATIVIDADES DA DGP.....	41
40. ATIVIDADES DA SISS.....	43
41. QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES	46
42. ATIVIDADES DA STI.....	48
43. ATIVIDADES DA CORREGEDORIA	50
44. SERVIÇOS DA OUVIDORIA	51
45. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	51
46. CANAIS	52
47. ATIVIDADES DA DPL	54

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.....	07
1.1. Competência e Jurisdição	07
1.2. Identidade Organizacional	08
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO	09
3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	10
3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões.....	10
3.2. Atuação do Ministério Público de Contas	19
3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo.....	21
3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo.....	22
3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas	23
3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado	25
3.3.4. Controle no âmbito Estadual.....	26
3.3.5. Controle no âmbito Municipal	28
3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas.....	30
3.3.7. Fiscalizações Especializadas	31
4. GOVERNANÇA E GESTÃO.....	35
4.1. Gestão Estratégica.....	35
4.2. Gestão Orçamentária e Financeira	37
4.3. Gestão de Pessoas	41
4.4. Gestão de Contratações.....	45
4.5. Gestão do Conhecimento	45
4.6. Gestão de Tecnologia da Informação.....	48
4.7. Controle Interno	49
4.8. Corregedoria	50
4.9. Ouvidoria	51
4.10. Comunicação.....	52
4.11. Gestão Patrimonial.....	54

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

FIGURA 1 – TCE/PI



Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se

refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. A seguir, destaca-se a nova Identidade Organizacional definida no PE 2020-2023 do TCE/PI:

QUADRO 1 – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Negócio	Administração Pública
Missão	Contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense
Visão	Ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade
Valores	Sustentabilidade – Transparência – Ética – Inovação – Profissionalismo - Responsabilidade Social – Independência - Excelência de Desempenho – Valorização das Pessoas

2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

A seguir, constam as principais notícias veiculadas no portal do TCE/PI no quarto trimestre de 2022:

QUADRO 2 – NOTÍCIAS

OUTUBRO
TCE Piauí dá início ao sistema Plenário Virtual. Saiba mais!
TCE Piauí estimula o Planejamento de Saúde dos municípios
TCE Piauí capacita servidores municipais sobre a Nova Lei de Licitação
TCE-PI realiza atividade de conscientização e prevenção ao câncer de mama
Membros e Servidores participam de palestra sobre “Marketing Digital”
Projeto SER TCE Solidário realiza bazar beneficente
Estudantes de Direito fazem visita técnica ao TCE Piauí
NOVEMBRO
Tribunal realiza atividade de conscientização e prevenção ao câncer de próstata
TCE Piauí realiza curso de capacitação sobre Controladoria Municipal
Conselheira Lilian Martins palestra sobre igualdade de gênero no VIII ENTC
Membros e servidores participam do VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas
Equipe do TCE-PI visita município destaque na educação piauiense
Transparência do TCE-PI é destaque no Programa Nacional de Transparência Pública
TCE Piauí participa de capacitação sobre Previdência do Servidor Público do Estado do Piauí
Desafio Solidário mobiliza servidores do TCE Piauí
DEZEMBRO
Coral “Contas e Cantos” comemora Jubileu de Prata em apresentação especial
Seminário destaca integração para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos
TCE Piauí é bicampeão do Desafio Solidário promovido pelo Hemopi
TCE avalia andamento de projetos estratégicos em reunião de monitoramento
Galeria do Esporte é inaugurada no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI)
TCE-PI realiza workshop para discutir e elaborar Planejamento Estratégico 2024-2027
TCE Piauí e JUCEPI celebram acordo de cooperação técnica
Rede de Controle realiza ação para marcar o Dia Internacional Contra a Corrupção
Tribunal de Contas realiza Webinar sobre Relatório de Gestão Consolidada
Relatório da Ouvidoria do TCE aponta avanços no biênio 2021/2022
EGC conclui edição 2022 do programa “Educação Cidadã”
Conselheiro Kennedy Barros toma posse como novo presidente do TCE Piauí
Tribunal de Contas do Piauí apresenta avanços no biênio 2021/2022

Fonte: Site do TCE/PI.

3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões

A Secretaria das Sessões, cuja competência abrange a coordenação e apoio ao funcionamento do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é composta também pela Secretaria da Primeira Câmara, Secretaria da Segunda Câmara, Divisão de Acompanhamento e Controle das Decisões, Divisão Processual e Divisão de Comunicação Processual, conforme dispõe a Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

As deliberações do TCE/PI, oriundas de Plenário e Câmaras, possuem forma de acórdãos, os quais são publicados no Diário Eletrônico do TCE/PI e acessíveis através do Portal do TCE na consulta processual eletrônica. A competência do Plenário e das Câmaras encontra-se estabelecida nos artigos 74 e 82 do Regimento Interno do TCE/PI e nos artigos 8º a 11º da Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

No 4º trimestre de 2022, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou 46 Sessões e apreciou 335 processos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

▪ Sessões realizadas

QUADRO 3 – SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Sessões Ordinárias	9	9	8
Sessões Administrativas	0	0	0
Sessões Especiais	2	0	0
Sessões Extraordinárias	2	0	0
Virtual	4	6	6
TOTAL	17	15	14

Fonte: SS.

▪ Número de processos julgados/apreciados pelos colegiados

QUADRO 4 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO		1ª CÂMARA		2ª CÂMARA	
	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL
Prestação de Contas - Gestão	4	1	24	9	16	5
Prestação de Contas - Governo	0	0	11	20	11	25
Tomada de Contas	5	0	4	0	6	0
Denúncia	1	0	10	0	18	0
Representação	5	0	17	0	18	0

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO		1ª CÂMARA		2ª CÂMARA	
	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL
Inspeção	9	0	0	0	0	0
Auditoria	12	0	0	0	0	0
Monitoramento	2	01	0	0	0	0
Admissão	1	0	5	0	1	0
Inativação (Aposentadoria/ Reforma/Transf para Reserva Remunerada)	4	0	4	0	3	0
Pensão	0	0	0	0	2	0
Consulta	1	5	0	0	0	0
Levantamento	3	1	0	0	0	0
Fixação dos Índices de ICMS	0	0	0	0	0	0
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	3	0	0	0	1	0
Incidentes Processuais	1	0	0	0	0	0
Recurso de Reconsideração	34	2	0	0	0	0
Pedido de Reexame	10	1	0	0	0	0
Embargos de Declaração	9	1	0	0	0	0
Agravo	7	1	0	0	0	0
Pedido de Revisão	4	2	0	0	0	0
Termo de Ajuste	0	0	0	0	0	0
TOTAL	115	15	75	29	76	30

Fonte: SS.

▪ **Número de processos julgados/apreciados por relator**

QUADRO 5 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO		1ª CÂMARA		2ª CÂMARA		TOTAL	
	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL
Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva	28	2	0	0	21	4	49	06
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros	30	0	0	0	17	4	47	04
Cons.ª Waltania Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga	20	1	0	0	15	2	35	03
Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho	17	0	10	6	0	0	27	06
Cons. Kleber Dantas Eulálio	11	0	21	6	0	0	32	06
Cons.ª Flora Izabel Nobre Rodrigues	21	1	22	7	0	0	43	08
Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo	21	0	13	6	0	0	34	06

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO		1ª CÂMARA		2ª CÂMARA		TOTAL	
	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL	PRESENCIAL	VIRTUAL
Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara	11	5	0	0	1	14	12	19
Cons. Substituto Jackson Nobre Veras	22	1	08	4	0	0	30	05
Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo	34	5	0	0	22	6	56	11

Fonte: SS.

Nesse 4º Trimestre do exercício de 2022, conforme tabelas acima, houve uma média de 43,9 processos julgados por relator(a).

▪ Pareceres prévios emitidos pelos colegiados

QUADRO 6 – PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS

ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO		APROVAÇÃO C/RESSALVAS		REPROVAÇÃO	
	COLEGIADOS	COLEGIADOS VIRTUAL	COLEGIADOS	COLEGIADOS VIRTUAL	COLEGIADOS	COLEGIADOS VIRTUAL
Plenário	0	0	0	0	0	0
Primeira Câmara	0	1	8	15	3	0
Segunda Câmara	0	1	10	23	3	2
TOTAL	0	2	18	38	6	2

Fonte: SS.

▪ Responsáveis julgados em contas, por resultado de julgamento

QUADRO 7 – RESULTADO DE JULGAMENTO

ÓRGÃO DELIBERATIVO	REGULAR		REGULAR C/RESSALVAS		IRREGULAR	
	COLEGIADOS	COLEGIADOS VIRTUAL	COLEGIADOS	COLEGIADOS VIRTUAL	COLEGIADOS	COLEGIADOS VIRTUAL
Plenário	0	0	2	1	1	0
Primeira Câmara	2	0	55	9	18	1
Segunda Câmara	1	0	31	3	5	2
TOTAL	3	0	88	13	24	3

Fonte: SS.

Ressalta-se que dos processos julgados/apreciados foram gerados 211 Acórdãos e 0 Parecer Prévio para o Plenário, 85 Acórdãos e 27 Pareceres Prévios para a Primeira Câmara, e 47 Acórdãos e 39 Pareceres Prévios para a Segunda Câmara.

▪ Atos normativos e notas técnicas aprovados pelo plenário

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, considerando o poder regulamentar que lhe

confere o art. 4º da Lei 5.888, de 2009 (Lei Orgânica do TCE/PI), pode elaborar e aprovar os atos normativos necessários à organização e a execução dos serviços que lhe competem. Ao TCE/PI assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matérias inseridas em suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

Ressalte-se, ainda, a expedição pelo TCE/PI de Notas Técnicas sobre as matérias inseridas em suas atribuições com vistas a orientar seus jurisdicionados, as quais também são levadas ao Plenário para aprovação.

No quarto trimestre de 2022, o TCE/PI expediu os seguintes atos normativos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

QUADRO 8 – ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS

TIPO		EMENTA
Resolução	Resolução nº 32	Disciplina, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o processo de auditoria previsto no art. 104, IV, da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009 – Lei Orgânica do TCE-PI, e nos artigos 178, 179 e 239, VII, todos da Resolução TCE-PI nº 13, de 26 de agosto de [...]
	Resolução nº 33	Altera as Resoluções nºs 37, de 29 de outubro de 2015; 4, de 23 de fevereiro de 2017; 25, de 14 de dezembro de 2017; 19, de 12 de agosto de 2021; 22, de 2 de setembro de 2021; 8, 24 de março de 2022; 9, 12 de maio de 2022, e 21, de 28 [...]
	Resolução nº 34	Altera as Resoluções nºs 37, de 29 de outubro de 2015; 4, de 23 de fevereiro de 2017; 25, de 14 de dezembro de 2017; 19, de 12 de agosto de 2021; 22, de 2 de setembro de 2021; 8, 24 de março de 2022; 9, 12 de maio de 2022, e 21, de 28 [...]
	Resolução nº 35	Dispõe sobre a exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de cada gestão e disciplina a implantação da reestruturação da nova organização administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 36	Dispõe sobre a exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de cada gestão e disciplina a implantação da reestruturação da nova organização administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 37	Dispõe sobre a exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de cada gestão e disciplina a implantação da reestruturação da nova organização administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 38	Dispõe sobre a exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de cada gestão e disciplina a implantação da reestruturação da nova organização administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 39	Dispõe sobre a exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de cada gestão e disciplina a implantação da reestruturação da nova organização administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 40	Dispõe sobre a exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de cada gestão e disciplina a implantação da reestruturação da nova organização

TIPO		EMENTA
		administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	Resolução nº 41	Dispõe sobre a exoneração dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de cada gestão e disciplina a implantação da reestruturação da nova organização administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Instrução Normativa	Instrução Normativa nº 05	Dispõe sobre a forma e prazo de prestação de contas ao Tribunal de Contas pelos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Piauí e dá outras providências
	Instrução Normativa nº 06	Dispõe sobre a forma e o prazo para o envio da prestação de contas da administração pública municipal direta e indireta ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, e dá outras providências
Decisão Normativa	-	-
Nota Técnica	-	-

Fonte: SS.

▪ **Decisões monocráticas com concessão de medida cautelar homologadas pelo plenário**

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de direito alheio, de risco de ineficácia da decisão de mérito, ou diante de situação específica que possa causar dano irreparável ou de difícil reparação para o interesse e/ou para o patrimônio público, o relator ou o Plenário poderá, motivadamente, determinar liminarmente medidas cautelares, com ou sem a oitiva prévia da parte, nos casos previstos nos artigos 86 e 87 da Lei Estadual nº 5.888/2009. Quando proferida pelo relator, na forma do art. 449 do Regimento Interno, a decisão deverá ser submetida ao Plenário para a apreciação da matéria na primeira sessão seguinte à sua prolação. Destaca-se que a adoção dessas medidas não gera, necessariamente, impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, na forma da Resolução TCE/PI nº 27/2019, o TCE/PI determina o bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias em caso de ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao Tribunal de Contas, os quais são exigidos na forma da legislação aplicável, aos órgãos, entidades, pessoas e fundos sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

No quarto trimestre de 2022, o TCE/PI registrou os seguintes dados sobre medidas cautelares proferidas e homologadas pelo Plenário, conforme quadro a seguir.

QUADRO 9 – MEDIDAS CAUTELARES

QUANTIDADE DE CAUTELARES	VALORES ENVOLVIDOS NAS CAUTELARES
8	R\$ 35.562.176,50

Fonte: SS.

▪ Atos de pessoal apreciados monocraticamente e pelos colegiados

O Tribunal de Contas do Estado aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal no âmbito estadual e municipal, de aposentadoria de servidor público estadual ou municipal, de reforma e de transferência para a reserva remunerada de membro da polícia militar e do corpo de bombeiros militar e concessão do benefício da pensão por morte.

Quando os atos de admissão, de inativação, de pensão e de revisão de proventos receberem manifestações igualmente favoráveis para o seu registro pela unidade competente da Secretaria do Tribunal e pelo Ministério Público de Contas, concluindo-se pela sua legalidade, o relator poderá proferir decisão definitiva monocrática.

No quarto trimestre de 2022 foram registrados os seguintes dados com relação a registro de atos de pessoal, conforme demonstrado nos quadros a seguir, subdivididos por Esfera de Poder.

QUADRO 10 – ATOS DE PESSOAL APRECIADOS

TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Admissão ¹	16	0
Inativação (Aposentadoria/Reforma/Transf para Reserva Remunerada) ²	414	0
Pensão ³	162	1
Revisão de proventos ⁴	6	0
TOTAL	598	1

Fonte: SS.

¹ Dessas, 10 foram apreciadas monocraticamente pelo relator.² Dessas, 410 foram apreciadas monocraticamente pelo relator.³ Todas foram apreciadas monocraticamente.⁴ Todas foram apreciadas monocraticamente.**▪ Certidões emitidas**

A Secretaria das Sessões, na forma da Resolução TCE/PI nº 08/2014, tem a competência para gerir e disponibilizar o Sistema de Emissão de Certidões desta Corte. As certidões são solicitadas pelos interessados e disponibilizadas através do site oficial do

Tribunal e o destinam-se aos fins especificados em sua regulamentação.

No quarto trimestre de 2022 foram solicitadas e emitidas as seguintes certidões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 11 – CERTIDÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Ações e Serviços Públicos de Saúde	7
Adimplência	435
Apreciação das Contas	227
Despesas de Pessoal	37
Lei de Responsabilidade Fiscal	48
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	97
Negativa de Débitos	2471
Negativa de Inidoneidade	2795
Registro de Inativação	3
Trânsito em Julgado	0
Outras	3
TOTAL	6123

Fonte: SS.

▪ **Multas e sanções aplicadas**

O Tribunal de Contas do PI poderá aplicar aos administradores e demais responsáveis, no âmbito estadual e municipal, observado o devido processo legal, as sanções de multa; inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança; inabilitação para o recebimento de recursos públicos; proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores promovidos pela Escola de Gestão e Controle - EGC, ou outra entidade por ela indicada; e outras sanções previstas em lei.

O Tribunal também aplicará, quando couber, na forma da legislação vigente, a imputação de débito para fins de ressarcimento e recomposição do erário, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, é o setor responsável pelo acompanhamento e registro desses dados, bem como pelo parcelamento e cobrança de multas. No quarto trimestre de 2022, a DACD informou os seguintes dados com relação às sanções e imputações de débitos,

conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalte-se que as multas, imputações de débitos e demais sanções referem-se àquelas aplicadas em decisões definitivas / transitadas em julgado no período, bem como àquelas recolhidas / arrecadadas / ressarcidas no período, podendo referir-se a competências / exercícios anteriores.

QUADRO 12 – MULTAS E SANÇÕES APLICADAS

RESPONSÁVEIS CONDENADOS EM DÉBITO E/OU MULTADOS	
TIPO	VALOR
Multas aplicadas (R\$)	507.235,00
Multas arrecadadas (R\$)	28.513,94
Imputação de débitos aplicados (R\$)	11.629.418,88
Imputação de débitos arrecadados ¹ (R\$)	0,00
RESPONSÁVEIS COM OUTRAS SANÇÕES APLICADAS	
TIPO	QUANTIDADE
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança	1
Inabilitação para o recebimento de recursos públicos	4
Proibição de contratação com o poder público estadual ou municipal	9
Participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores	0
Outras sanções previstas em lei	4
PARCELAMENTOS/PROCESSOS DE MULTAS E IMPUTAÇÕES DE DÉBITO	
TIPO	QUANTIDADE
Processos de parcelamento de multas	16
Processos de cobrança de multas enviados à procuradoria geral do estado para cobrança	0
Processos abertos para acompanhamento de ressarcimento ao erário	52

Fonte: SS.

¹ Dados não informados ao TCE/PI.

▪ Processos recebidos/digitalizados/atuados

A Divisão Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal registrou, No quarto trimestre de 2022 o recebimento, digitalização e autuação de 963 processos no período, conforme estatística de documentos protocolados, abaixo demonstrada.

Além dessas atividades, a Divisão Processual, no período, atuou com as seguintes

atividades: atualização do cadastro de gestores estaduais/municipais no Sistema Cadastro Web; liberação de senhas por meio do sistema de Solicitação de Criação de Usuário e Senha; projeto em andamento com a fábrica de software do Sistema Gestor WEB; liberação de usuários e gerenciamento do Sistema Protocolo Web; atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos.

QUADRO 13 – PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS

TIPO	QUANTIDADE
Consulta	4
Denúncia	20
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ reserva Remunerada, Ato De Retificação, Revisão De Proventos)	716
Admissão	15
Representação	17
Auditoria	3
Inspeção	1
Tomada de Contas Especial	5
Pedido de Revisão	6
Recurso de Reconsideração	24
Agravo	6
Pedido de Reexame	3
Recurso Administrativo	0
Incidente Processual	5
Ordens Judiciais	37
Multa	18
Monitoramento	1
Acompanhamento	0
Levantamento	1
Acompanhamento de Decisões	29
Embargos de Declaração	10
Manifestação Em Acordo de não Persecução Civil	3
Processo Ordinário da Administração	1
Coeficientes Constitucionais-Fixação	1
Coeficientes Constitucionais-Recurso de Decisão	29
Processo de Pagamento	3
Requerimento Administrativo	5
TOTAL	963

Fonte: SS.

▪ Citações/notificações emitidas

A Divisão de Comunicação Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete as atividades relacionadas a citações/intimações/ciências emitidas pelo TCE/PI no exercício de suas competências registrou, no quarto trimestre de 2022 os seguintes dados, indicando as atividades e os procedimentos desenvolvidos na área, na forma abaixo demonstrada, além da atividade contínua de realização de ofícios, controle e juntada de AR, controle de prazos, confecção de postagens, atendimento ao Jurisdicionado e apoio à Diretoria de Tecnologia da Informação no gerenciamento do Sistema E-carta.

QUADRO 14 – CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Citação/Notificação	464
Certidões	322
Postagens	47
Editais de Citação	48
TOTAL	881

Fonte: SS.

3.2. Atuação do Ministério Público de Contas – MPC

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional, que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais

chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

QUADRO 15 – ATIVIDADES DO MPC

.Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO				
1.0	TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS / PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	31.12.22
1.1	Processos de Contas	47	34	42	45	49	50	37	33	36	34	211	196	65
1.2	Processos de Fiscalização	9	8	10	14	8	8	12	14	13	10	52	54	15
1.3	Processos de Admissão de Pessoal (Registro de Atos)	0	0	3	1	2	1	3	3	5	7	13	12	4
1.4	Processos de Inativação	168	162	171	125	162	157	165	156	2	2	668	602	77
1.5	Recursos e Pedidos de Revisão	21	17	14	19	14	16	11	10	12	14	72	76	12
1.6	Controle Social (Denúncias e Representações)	17	12	39	38	24	23	18	19	35	30	133	122	38
1.7	Consultas	1	1	2	1	1	1	0	0	1	1	5	4	1
1.8	Processos Administrativos	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2	2	0
1.9	Outros Processos	1	1	6	4	4	4	7	7	5	5	23	21	4
TOTAL (1.1 a 1.9)		264	235	287	247	265	261	253	242	110	104	1179	1089	216
2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR	RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		TOTAL		
2.1	Representações de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.2	Recursos e Pedidos de Revisão de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.3	Recomendações de autoria do Procurador	0		0		1		0		0		1		
2.4	Encaminhamento de Denúncias recebidas pelo Procurador	1		0		4		0		7		12		
2.5	Ofícios expedidos	0		0		3		0		1		4		
2.6	Propostas de alteração de legislação	0		0		0		0		0		0		
2.7	Incidentes de Inconstitucionalidade de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.8	Propostas Administrativas	0		0		0		0		0		0		
2.9	Propostas de Orientação Jurisprudencial	0		0		0		0		0		0		

2.10	Pedidos de Inspeção de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.11	Termos de Ajustamento de Gestão de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.12	Outros procedimentos de iniciativa do Procurador	1	0	0	0	0	1
2.13	Reuniões institucionais/reuniões administrativas/ reuniões de audiências de gestor/cursos/eventos	2	0	4	8	11	25
2.14	Participação do Procurador em Sessões do TCE-PI (Plenárias, Câmaras e Sessões Administrativas)	1	6	9	14	17	47
TOTAL (2.1 a 2.14)		5	6	21	22	36	90

Fonte: MPC.

3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo

Compete à Secretaria de Controle Externo (SECEX) o planejamento e a coordenação das atividades do controle externo, especialmente propor normas, políticas, diretrizes, técnicas e padrões relativos ao controle externo a cargo do Tribunal; planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas de controle externo, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos; aprovar manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, coordenar os estudos de fixação de metas e de produtividade dos servidores efetivos lotados em suas unidades integrantes; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 16 – ATIVIDADES DA SECEX
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (SECEX)

1.	Planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Reuniões e debates referentes à construção e implantação do sistema "OPALA" – ambiente de produção (projeto estratégico)
4.	Reunião com SEADPREV (11/10/2022) para tratar da auditoria da folha de pagamento conduzida pela DFAD (processo 001556/2022)
5.	Reunião preliminar (14/10/2022) com representantes do projeto ARTICULE (Educação)
6.	Participação na comissão criada para estudos acerca da revisão das normas atinentes ao processo de auditoria no âmbito do TCE/PI (projeto estratégico)
7.	Reunião com TCE-ES para demonstração do sistema de auditoria (21/10/2022)
8.	Reuniões com STI para construção de sistema para recebimento de comunicações de irregularidades

9. Reunião com a SEPLAN/PI acerca de participação do Tribunal como auditor externo em operação de crédito externa a ser firmada entre o Estado do Piauí e o Banco Mundial
10. Participação na comissão criada pela Portaria nº 874/2022 para reorganização do organograma do TCE-PI, em especial da SECEX, resultando no novo organograma oriundo da Resolução nº 40/2022
11. Participação no grupo criado para conclusão dos relatórios do MMD 2022 dos 33 TCs
12. "Membros e servidores participam do VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas": https://www.tcepi.tc.br/membros-e-servidores-participam-do-viii-encontro-nacional-dos-tribunais-de-contas/ - Destaque para reunião dos secretários de controle externo
13. Participação no início do planejamento estratégico 2024-2027: https://www.tcepi.tc.br/tce-pi-realiza-workshop-para-discutir-e-elaborar-planejamento-estrategico-2024-2027/

Fonte: SECEX.

3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo

Compete ao Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo elaborar normas, manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; elaborar o Plano Anual de Fiscalização para ser submetido a deliberação do Plenário e executado pelas diretorias de controle externo deste Tribunal; auxiliar as unidades de fiscalização a elaboração do Plano Anual de Trabalho com base no Plano Anual de Fiscalização; auxiliar o Secretário de Controle Externo a acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito das diretorias de fiscalização; obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação; disseminar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções corporativas de tecnologia da informação (soluções de TI) que darão suporte ao controle externo; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 17 – ATIVIDADES DO NPDCEX

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEX)	
1.	Subsídio a SECEX no planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Elaboração dos painéis/BI: i) Metas para Governança; ii) Cubo Receitas Sagres Contábil iii) Cubo Despesas Sagres Contábil
4.	Participação no Grupo de Trabalho Interinstitucional (TCE-PI, MPPI, SEMAR e Governadoria) de Resíduos Sólidos (https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-intensifica-atuacao-referente-a-politica-nacional-de-residuos-solidos/)
5.	Participação na comissão de Gestão por Competência do TCE-PI
6.	Participação na comissão da Cadeia de Valor do TCE-PI

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEX)	
7.	Coordenação da fiscalização/levantamento da Transparência dos entes municipais
8.	Assessoramento no desenvolvimento do sistema "OPALA" de apoio ao controle externo para o TCE/PI
9.	Manutenção, atualizações (inclusive de normativos correlatos), assessoramento para criação de <i>Business Intelligence</i> - BI e suporte dos sistemas SAGRES-Contábil, SAGRES-Demonstrativos, Sistema de Auditoria – módulo Relatório para os usuários internos e externos
10.	Manutenção, atualização e suporte ao Módulo de Controle Externo do SIOPE/MAVS – FNDE, em sede do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2017
11.	Participação na 33ª Reunião Ordinária da CTCONF, na qualidade de assessoria técnica pela Atricon
12.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC
13.	Aprimoramento e revisão da normatização que trata das certidões emitidas no âmbito da SECEX
14.	Atendimentos diversos sobre os sistemas relacionados às atribuições da SECEX a usuários internos e externos, e outros temas relacionados ao controle externo
15.	Reunião com ASCONPEPI (13/12/2022) para tratar dos novos prazos da prestação de contas mensal municipal
16.	Despachos e Informações diversos
17.	"TCE divulga dados preliminares sobre catadores de materiais reutilizáveis": https://www.tcepi.tc.br/tce-divulga-dados-preliminares-sobre-catadores-de-materiais-reutilizaveis/
18.	"Seminário destaca integração para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos": https://www.tcepi.tc.br/seminario-destaca-integracao-entre-orgaos-para-o-cumprimento-da-politica-nacional-de-residuos-solidos/
19.	"TCE-PI realiza seminário sobre Relatório de Gestão Consolidada": https://www.tcepi.tc.br/tribunal-de-contas-realiza-webnar-sobre-relatorio-de-gestao-consolidada/

Fonte: SECEX.

3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas

Compete ao Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas e Combate à Corrupção – NUGEI: propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí; auxiliar na criação de metodologia de análise de risco e elaborar as matrizes necessárias; auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de fiscalização; auxiliar e acompanhar o desenvolvimento e manutenção de sistema de gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo, definindo critérios técnicos e operacionais em conjunto com outras áreas pertinentes; incentivar e monitorar a produção, o registro e a disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; divulgar a metodologia referente às atividades de inteligência institucional e treinar multiplicadores para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações

de controle externo; realizar com as demais Diretorias Técnicas do TCE/PI trabalhos conjuntos relevantes; realizar conjuntamente com outros órgãos da Rede de Controle do Estado operações conjuntas; representar o TCE/PI na Rede Nacional Infocontas e no Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 18 – EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Elaborar matriz de risco 2022	0	0	2	2
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Levantamento / Monitoramento - Relatório Preliminar	4	3	7	4
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Monitoramento - Relatório Contraditório	3	3	4	5
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido de ofício	7	3	14	11
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido sob demanda	0	0	0	6
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido de ofício	15	1	25	3
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido sob demanda	0	0	0	11
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido de ofício	5	0	7	0
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido sob demanda	0	0	0	2
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido de ofício	6	0	8	0
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido sob demanda	0	0	0	0
Realização excepcional de Diligência / Inspeção / Auditoria / Operação	8	2	15	7
Elaboração de Aplicativo Cívico	2	0	3	2
TOTAL	50	12	85	53

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 19 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI

NUGEI
1. Participação de servidor nas reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública-PI
2. Participação de servidor da unidade em trabalhos da ATRICON/INFOCONTAS
3. Atuação como fiscal de diversos ACTs de interesse da unidade

NUGEI	
4.	Designação de servidor da unidade para compor Comissão de Assessoramento para Fixação dos Índices de Participação no Produto de Arrecadação do ICMS, exercício 2023 – Portaria 293/2022
5.	Participação de auditor na Reunião Técnica da Rede InfoContas no VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, com reunião posterior sobre o Plano de Metas da referida Rede", no período de 16 a 17 de novembro de 2022, na cidade de Rio de Janeiro (RJ) – Portaria nº 849/2022
6.	Participação de servidor na gestão do projeto estratégico PRJ 36
7.	Atendimento, por e-mail, a diversas solicitações feitas por sindicatos de servidores públicos, CGU, MPE/PI e Delegados de Polícia Civil e Federal
8.	Atendimento não presencial a cidadãos, autoridades e agentes de autoridades
9.	Levantamentos internos para atendimento aos pleitos de outras unidades do TCE/PI
10.	Intermediação junto à Junta Comercial do Estado do Piauí – JUCEPI para celebração de Acordo de Cooperação Técnica: https://www.tcepi.tc.br/tce-piaui-e-jucepi-celebram-acordo-de-cooperacao-tecnica/
11.	"Rede de Controle realiza ação para marcar o Dia Internacional Contra a Corrupção": https://www.tcepi.tc.br/rede-de-controle-realiza-acao-para-marcar-o-dia-internacional-contra-a-corrupcao/
12.	Participação de Servidores em Reunião técnica com o Secretário de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamento de Pessoal e Benefícios Sociais do TCU", no dia 14 de dezembro de 2022, na cidade de Brasília (DF) – Portaria nº 1.004/2022

Fonte: SECEX.

3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado

A Divisão de Apoio ao Jurisdicionado – DAJUR, diretamente ligada à Secretaria de Controle Externo – SECEX, tendo como principal finalidade ser um canal de atendimento ao fiscalizado, atuando como facilitador no processo do controle externo, em atendimento às demandas dos jurisdicionados. Trata-se de instrumento estratégico de gestão, capaz de desafogar os setores de fiscalização, atuando na resolução rápida e eficiente de demandas dos jurisdicionados acerca dos sistemas do controle externo e da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 20 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Exec. 4º Trim.	Total Exec. até 31/12
Responder demandas de pronto atendimento	111	487
Elaborar informações	118	473
Elaborar documentos técnicos/pareceres (Consultas)	1	13
Emissão de Certidões	138	372
Homologação de documentos	14560	76704
TOTAL	14928	78049

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 21 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR

DAJUR	
1.	Participação na comissão de implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sob a ótica do controle externo
2.	Manifestação em processos de Ação de Não Persecução Civil – ANPC instaurados no âmbito do TCE-PI por demanda do MPPI
3.	“TCE-PI notifica 59 municípios que ultrapassaram o limite de gastos com pessoal”: https://www.tcepi.tc.br/tce-pi-notifica-59-municipios-que-ultrapassaram-o-limite-de-gastos-com-pessoal/

Fonte: SECEX.

3.3.4. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 22 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	3	10
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	3	15	25
Auditoria	Contraditório	Processos Novos	0	7	0	14
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	2	1	3
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	12	4	42	22
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	5
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	8	12	47
Contas de Gestão	Contraditório	Processos Novos	0	6	0	6
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	13	18
Contas de Gestão	Preliminar	Processos Novos	8	11	38	29
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		0	2
Contas de Governo	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		1	1
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	2



Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	3	0	4
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	5	3
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	4	0	10
Inspeção	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	1
Levantamento	Instrução	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Levantamento	Instrução	Processos Novos	0	1	3	3
Monitoramento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Monitoramento	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	1
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0		2	2
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	0		3	3
Recurso de Reconsideração	Recurso	Processos Novos	0	3	0	5
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Representação	Complementar	Processos Novos	0	1	0	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1		1	1
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	2	0	8
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		2	5
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	6	0	17
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	7	0	13
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	2	7	17
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	7	12	26
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0	4	0	5
TOTAL			21	91	160	313

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 23 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE

DFAE
1. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC
2. Participação no GT para desenvolvimento do SAGRES-Folha Estadual (P.E. nº 26)

DFAE

3. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento e manutenção do sistema CAPTURE, utilizado em diversas fiscalizações no período (dentre as quais a ordenada)

Fonte: SECEX.

3.3.5. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 24 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Acompanhamento	Preliminar	Processos Novos	0	1	1	2
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	0	16
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	51	47	251	202
Contas de Gestão	Contraditório	Processos Novos	0	4	0	4
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	32	35
Contas de Gestão	Preliminar	Processos Novos	40	47	120	90
Contas de Governo	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	0	12
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	54	55	259	210
Contas de Governo	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		103	104
Contas de Governo	Preliminar	Processos Novos	72	84	209	121
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	9	15	36	56
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	2	0	12
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	2	77	72
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	9	0	24
Inspeção	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	8
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6		11	8
Inspeção	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	1

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Inspeção	Preliminar	Processos Novos	0		0	3
Levantamento	Instrução	Abertos até 31/12/21	0		1	1
Levantamento	Instrução	Processos Novos	1	1	4	3
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0		1	1
Recurso de Reconsideração	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		0	2
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Processos Novos	0		0	1
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	9	6	55	50
Recurso de Reconsideração	Recurso	Processos Novos	0	2	0	9
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	6
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	6	29	46
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	4	0	18
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	2	73	84
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	6	0	36
Revisão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2		14	12
Revisão	Preliminar	Processos Novos	0	1	0	2
Tomada de Contas	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	2	4	10
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	5	17
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0	2	0	9
TOTAL			251	309	1285	1291

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 25 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM

DFAM
1. Superação das metas propostas para o exercício de 2022

Fonte: SECEX.

3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 26 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Acompanhamento	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	1	1
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	2
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	5	5	27	25
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2		11	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	0		0	5
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	3	0	4
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		1	1
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	8	5	25	12
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0		0	1
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	3	4	18	15
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0		0	3
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		1	1
Inspeção	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		1	
Levantamento	Instrução	Abertos até 31/12/21	1		2	
Pedido de Reexame	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		1	
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0		1	
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	3	4	19
Representação	Complementar	Processos Novos	0		0	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	1	2	2
Representação	Contraditório	Processos Novos	0	4	0	5
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	3	12	7

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	4	0	7
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	3	5	6	6
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	1	9	8
TOTAL			24	40	122	128

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 27 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG

DFENG
1. Superação das metas previstas para o exercício de 2022.

Fonte: SECEX.

3.3.7. Fiscalizações Especializadas

Compete à Diretoria de Fiscalizações Especializadas a coordenação, o gerenciamento e a supervisão das atividades de controle relacionadas às fiscalizações temáticas desenvolvidas por cada uma de suas divisões especializadas, e especialmente auxiliar na elaboração do Plano Anual de Controle Externo, em coordenação com o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo da Secretaria de Controle Externo, no que diz respeito às fiscalizações especializadas; definir, implementar e gerir, em coordenação com a Secretaria de Controle Externo, indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações especializadas; monitorar e divulgar periodicamente os indicadores das atividades das fiscalizações especializadas.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 28 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Acompanhamento	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		1	
Acompanhamento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Acompanhamento	Preliminar	Processos Novos	0	3	1	6



Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	9	1	27
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	8	6	35	35
Auditoria	Contraditório	Processos Novos	0	3	0	3
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	4	2	11	11
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	6	21	20
Contas de Gestão	Contraditório	Processos Novos	0		0	1
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		12	9
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		11	7
Denúncia	Contraditório	Processos Novos	0	2	0	5
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	5
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0		0	1
Inspeção	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		1	
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		4	4
Inspeção	Contraditório	Processos Novos	0	1	0	3
Inspeção	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	1
Inspeção	Preliminar	Processos Novos	0		2	3
Levantamento	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		1	
Levantamento	Instrução	Processos Novos	1	1	13	5
Monitoramento	Complementar	Abertos até 31/12/21	2		2	
Monitoramento	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	3	4	9
Monitoramento	Contraditório	Processos Novos	0		0	1
Monitoramento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	3		19	13
Monitoramento	Preliminar	Processos Novos	2	1	4	3
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	0		1	13
Pedido de Reexame	Recurso	Processos Novos	0	2	0	14



Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		5	
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	0	4	1	4
Recurso de Reconsideração	Recurso	Processos Novos	0	3	0	3
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		8	1
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0	7	31	25
Representação	Contraditório	Processos Novos	0		0	2
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	10	7	16
Representação	Preliminar	Processos Novos	0		0	5
Tomada de Contas	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0		1	
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	0		1	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	0	1	0	2
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos	0		0	1
Admissão	Complementar	Abertos até 31/12/21	0		4	3
Admissão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	2	2	6	7
Admissão	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	8	1	25	25
Admissão	Registro de ato	Processos Novos	2	10	8	18
Aposentadoria	Complementar	Processos Novos	60		260	
Aposentadoria	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	30	3	150	152
Aposentadoria	Registro de ato	Processos Novos	300	402	1300	1166
Pensão por Morte	Complementar	Processos Novos	60		260	
Pensão por Morte	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	24	4	128	215
Pensão por Morte	Registro de ato	Processos Novos	300	186	1300	652
Reforma	Complementar	Processos Novos	9		39	
Reforma	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	0		3	2
Reforma	Registro de ato	Processos Novos	15	1	65	4
Transferência para Reserva Remunerada	Complementar	Processos Novos	9		39	
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	0		12	20

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Total Prev. 4º Trim.	Total Exec. 4º Trim.	Total Prev. até 31/12	Total Exec. até 31/12
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Processos Novos	15	40	65	91
TOTAL			855	718	3862	2620

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 29 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP

DFESP
1. "TCE Piauí estimula o Planejamento de Saúde dos municípios": https://www.tcepi.tc.br/tce-piaui-estimula-o-planejamento-de-saude-dos-municipios/
2. "Após medida do TCE-PI, mais municípios com RPPS aderem à EC 103/2019": https://www.tcepi.tc.br/apos-medida-do-tce-pi-mais-municipios-com-rpps-aderem-a-ec-103-2019/
3. "TCE-PI divulga levantamento sobre diários oficiais, que apresentam fragilidades": https://www.tcepi.tc.br/tce-pi-divulga-levantamento-sobre-diarios-oficiais-que-apresentam-fragilidades/
4. "TCE-PI divulga levantamento sobre concessão de abono aos profissionais da Educação Básica": https://www.tcepi.tc.br/tce-pi-divulga-levantamento-sobre-concessao-de-abono-aos-profissionais-da-educacao-basica/
5. "TCE Piauí participa de capacitação sobre Previdência do Servidor Público do Estado do Piauí": https://www.tcepi.tc.br/tce-piaui-participa-de-capacitacao-sobre-previdencia-do-servidor-publico-do-estado-do-piaui/

Fonte: SECEX.

4. GOVERNANÇA E GESTÃO

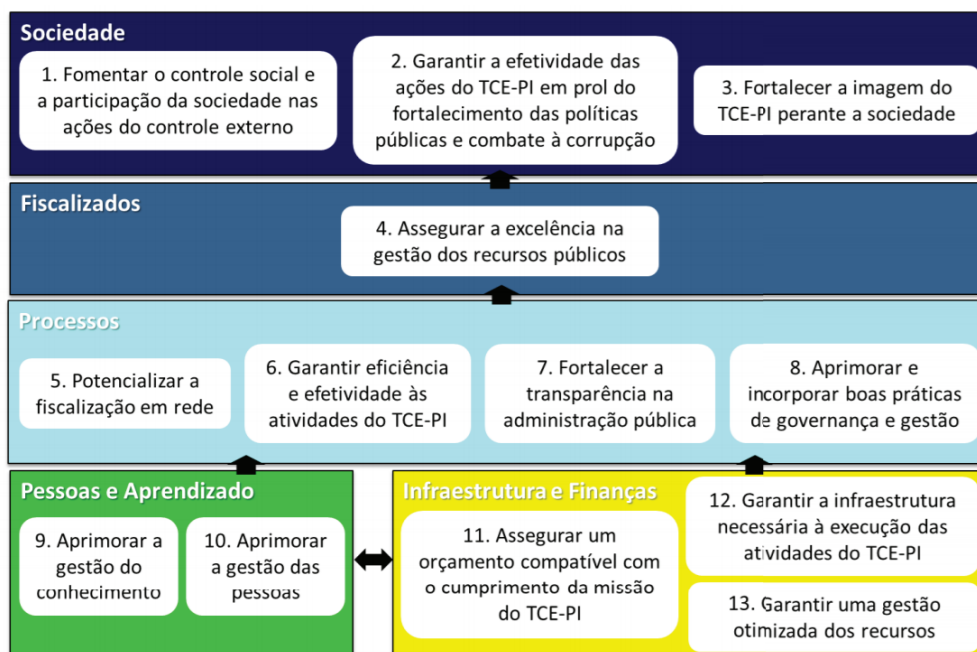
4.1. Gestão Estratégica

Considerando as transformações ocorridas interna e externamente ao TCE/PI, especialmente a reestruturação dos recursos organizacionais, humanos e gerenciais desta Corte, com o estabelecimento de novas abordagens e procedimentos para melhor atendimento às demandas da sociedade piauiense, este Tribunal decidiu redefinir a sua estratégia mediante um novo Plano, com ciclo de 4 anos e marco inicial a partir de 2020.

O PE 2020-2023 do TCE/PI foi idealizado sob um processo participativo, envolvendo todas as áreas do Tribunal, que permitiu a troca de experiências e, por consequência, promoveu uma visão mais abrangente da instituição. Ressalta-se, também, que o resultado do diagnóstico obtido com a aplicação do Marco de Medição de Desempenho – MMD da Atricon foi imprescindível no delineamento das estratégias definidas no referido PE.

O Mapa Estratégico do TCE/PI, a seguir, referente ao ciclo 2020-2023, correlaciona os objetivos estratégicos a perspectivas, quais sejam, sociedade, fiscalizados, processos, pessoas e aprendizado, infraestrutura e finanças, a fim de garantir uma percepção uniforme das prioridades assumidas pelo TCE/PI e a convergência de ações para o alcance dessas prioridades.

FIGURA 2 – MAPA ESTRATÉGICO



Para cada objetivo estratégico estabelecido há projetos e indicadores correlacionados a fim de facilitar a implementação do Plano Estratégico, envolvendo vários setores do Tribunal. A carteira de projetos prioritários do TCE/PI para o ano de 2021, disponibilizada a seguir, conta com 25 projetos em andamento, conforme definido na Reunião de Revisão do PE 20/23, realizada em janeiro de 2021.

QUADRO 30 – CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI

PROJETO		ÁREA PATROCINADORA
PRJ 01	Sistema de tratamento e pesquisa de jurisprudência	CRJ
PRJ 03	Implantação da página de informações no novo portal do servidor	CS
PRJ 04	Aprimorar o controle interno do TCE-PI	UCI
PRJ 05	Implantação de plataforma de ensino à distância	EGC
PRJ 08	Gestão de processos	GOV
PRJ 09	Gestão de projetos	GOV
PRJ 15	Gestão por competências	SA
PRJ 17	Modernizar processos de gestão de pessoas	SA
PRJ 18	Gestão do planejamento e da gestão orçamentária	SA
PRJ 19	Aprimoramento da Gestão patrimonial do TCE/PI	SA
PRJ 20	Implantação do sistema de acompanhamento e controle de decisões do TCE-PI	SS
PRJ 22	Atualizar e aperfeiçoar sistema de cadastro web	SS
PRJ 25	Alfa - Projeto integrado de auditoria avançada	SECEX
PRJ 26	Sagres-Folha - sistema de recepção de dados de atos e despesas com pessoal do estado	SECEX
PRJ 30	Incorporar ensaios de laboratório nas rotinas de fiscalização de obras públicas rodoviárias e de mobilidade urbana	SECEX
PRJ 35	Plataforma avançada de análise de dados com realização de consulta e geração de relatório pelo próprio usuário	SECEX
PRJ 36	Data & Analytics para revelar ilícitos administrativos	SECEX
PRJ 37	Opala - Plataforma de disseminação de dados de controle de forma pública e facilmente acessível	SECEX
PRJ 39	Política de Gestão de Riscos do TCE/PI	GOV
PRJ 40	Gestão Documental	SA
PRJ 41	Modelo de Governança do TCE/PI	GOV
PRJ 42	Sistema de Registro e Acompanhamento de Atendimentos	STI

Compete à Governança – GOV fomentar e acompanhar o planejamento estratégico do Tribunal visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional; auxiliar a Presidência na execução da gestão estratégica da instituição através de modernas técnicas de administração gerencial; elaborar e gerenciar o plano de diretrizes anual; monitorar o alcance das metas das unidades do Tribunal, relatando os resultados apurados; promover a realização do contínuo aperfeiçoamento do modelo de gestão por processos a ser aplicado no âmbito do Tribunal; e desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo setor de Governança do TCE/PI no trimestre:

QUADRO 31 – ATIVIDADES DA GOV

ATIVIDADES
Realização de Reunião de Monitoramento de Ações e Resultados – REMAR TCE/PI
Reuniões setoriais de monitoramento dos projetos estratégicos do TCE/PI
Coordenação de workshop para iniciar a elaboração do Planejamento Estratégico 2024 a 2027 do TCE/PI
Acompanhamento dos critérios dispostos na Matriz de Fiscalização da Transparência (IN nº 04/2022) referentes ao TCE/PI
Elaboração do Relatório Trimestral de Atividades do TCE/PI referente ao terceiro trimestre de 2022
Elaboração do Relatório de Resultados do biênio 2021/2022 do TCE/PI
Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos do TCE/PI
Acompanhamento das metas das unidades do TCE/PI
Suporte contínuo através de atendimento às unidades do TCE/PI

Fonte: GOV.

4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento – SO:

QUADRO 32 – ATIVIDADES DA SO

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Notas de Empenho Emitidas	882
Reservas Orçamentárias	776
TOTAL	1.648

Fonte: DOF.

QUADRO 33 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	49.668.676,66
II - Suplementação de Dotação	20.056.631,00
III - Disponibilidade Orçamentária	69.725.307,66
IV - Despesa Empenhada	60.355.808,14
V - Saldo dos Créditos Disponíveis ¹	9.369.499,52
VI - Despesa Liquidada	43.786.230,16
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	21.183.469,40

Fonte: DOF.

¹ Os valores informados excluem os créditos reservados em virtude da indisponibilidade destes para a execução orçamentária, compreendendo apenas o montante efetivamente disponível.

- Atividades executadas pela Seção de Finanças – SF:

QUADRO 34 – ATIVIDADES DA SF

ATIVIDADES	TOTAL
Emitir Nota de Lançamento – NL	686
Gerar a Programação de Desembolso – PD	910
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	896
Emitir Guia de Devolução (GD)	30
Emitir Guia de Recolhimento (GR)	2
Nota Patrimonial (NP)	239
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	240
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	73
TOTAL	3.076

ATIVIDADES	TOTAL
Números de processos recebidos	675
Números de processos pagos	930

Fonte: DOF.

QUADRO 35 – MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R\$	
Saldo do Trimestre	Anterior	Atual
Banco do Brasil - C/C 82530-1	37.261.108,69	32.833.466,55
Banco do Brasil/Caução - C/C 10086-2	0	0
Banco do Brasil/Cartão PGTO - C/C 10104-4	37.359,05	24.401,98
TOTAL TCE/PI	37.298.467,74	32.857.868,53
Banco do Brasil/F M T C 2 - C/C 114.565-7	3.484.008,45	2.792.408,31
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.850-7	167.965,31	234.996,03
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.851-5	882.629,66	969.105,40
Banco do Brasil/FMTC - C/C 10.546-5	979,12	1.003,43
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.015-9	403.422,28	414.398,75
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.016-7	82.205,83	84.442,51
TOTAL FMTC	5.021.210,65	4.496.354,43
TOTAL	42.319.678,39	37.354.222,96

Fonte: DOF.

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade – SC:

QUADRO 36 – ATIVIDADES DA SC

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados	260
Prestação de Contas – via documentação web	3
Prestação de Contas – via controle interno	3
Suprimentos de Fundo – análise de prestação de contas	11
Suprimentos de Fundo – concessão	8
Ajuste de Pendências no SIAFE - processos de exercícios anteriores	-
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	-
Relatório de Gestão Fiscal 2º quadrimestre encaminhado TCE	1
TOTAL DE ATIVIDADES DO TCE	286
Conformidade diária – processos analisados	88
Prestação de Contas – via documentação web	3
Prestação de Contas – via controle interno	3
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	-
TOTAL DE ATIVIDADES DO FMTC	94
TOTAL GERAL	380

Fonte: DOF.

- Seção de Encaminhamentos de Informações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - SEINF:

QUADRO 37 – ATIVIDADES DA SEINF

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Movimentação Documental	95
Preparação, geração e transmissão - GFIP	0
Geração relatórios da SIEDOS para processos da GFIP/INSS	3
Preparação, geração e transmissão - RAIS	0
Preparação, geração e transmissão – DIRF	0
Geração de GPS manual	0
Importação folha de diárias, ressarcimentos e indenizações	3
Geração de lote de eventos eSocial (geração e transmissão)	306
Folha de Prestadores de Serviços	3
Preparação, geração e transmissão - EFD-Reinf (Sidec)	3
Vinculação, geração e transmissão DCTFWEB mensal	3
Chamados de inconsistências - SIEDOS	23
Emissão de Relatório de Notas Fiscais	2
Relatórios de Atividades – SEINF e SA	6
Análise de Retenções Tributárias	5

ATIVIDADES	QUANTIDADE
TOTAL	452

- Sistema SIAFE-PI:

QUADRO 38 – SIAFE-PI

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nota de Lançamento – NL	TCE	1	1	1	3
Programação de Desembolso – PD		1	1	1	3
Guia de Recolhimento – GR		2	2	2	6
Guia de Devolução – GD		1	2	11	14
TOTAL		5	6	15	26
Nota de Lançamento – NL	FMTC	1	1	1	3
Programação de Desembolso – PD		1	1	1	3
Guia de Recolhimento – GR		7	7	7	21
Guia de Devolução – GD		0	0	0	0
TOTAL		9	9	9	27

Fonte: Sistema SIAFE-PI.

4.3. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

QUADRO 39 – ATIVIDADES DA DGP

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Atos/Portarias	Nomeações para cargos efetivos	0
	Nomeações para cargos Comissão	1
	Exonerações de Cargos Efetivos	0
	Exonerações de cargos em comissão	2

ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Vacância de cargos efetivos	0
	Dispensas de função de confiança	2
	Designações para função de confiança	1
	Concessões de aposentadoria	6
	Licenças prêmios concedidas	1
	Substituição de conselheiro	3
	Licenças para capacitação	26
Afastamentos de Servidores	Licenças (Eleitoral, Nojo, Paternidade, Encontro Esportivo)	14
	Licenças maternidade	1
Utilização de Recesso Natalino	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	16
Férias Concedidas	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	1
	Procuradores do MPC	4
	Servidores	217
Interrupção/Suspensão de Férias Concedidas	Conselheiros	4
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	1
	Servidores	13
Abonos de Permanência Concedidos	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	3
Atendimentos de Demandas Administrativas	Informações	157
	Portarias	218
	Certidões	3
	Memorandos	9
	Declarações	5
	Ofícios	0
	Cartão Magnético de Ponto	4
	Licenças Médicas	0
	Despachos DGP	95
	Comunicação Interna	0

ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Mapa de tempo de serviço	21
	Licença para Acompanhamento	0

Fonte: DGP.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de atos clínicos realizados no período pela Seção de Serviços Integrados de Saúde – SSIS:

QUADRO 40 – ATIVIDADES DA SISS

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Serviço Ambulatorial	Verificação de pressão arterial	12
	Verificação de Glicemia Capilar	0
	Dispensação de medicamentos	145
	Curativo	1
	Administração de Medicamentos	0
	Atendimento de Emergência	0
Serviço Médico	Consultas	295
	Consulta Periódica	0
	Atestado Médico	3
	Atestado de Saúde	1
	Renovação de Receitas	39
	Verificação de Pressão Arterial	19
	Exame Admissional	8
	Solicitação de exames	30
	Encaminhamento	69
	Atendimento de Urgência	92
	Outros	3
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Pacientes Atendidos	287
	Homologação Atestado Médico de Servidores	167
Serviço Odontológico	Restauração	100
	Profilaxia	112
	Exodontia	4

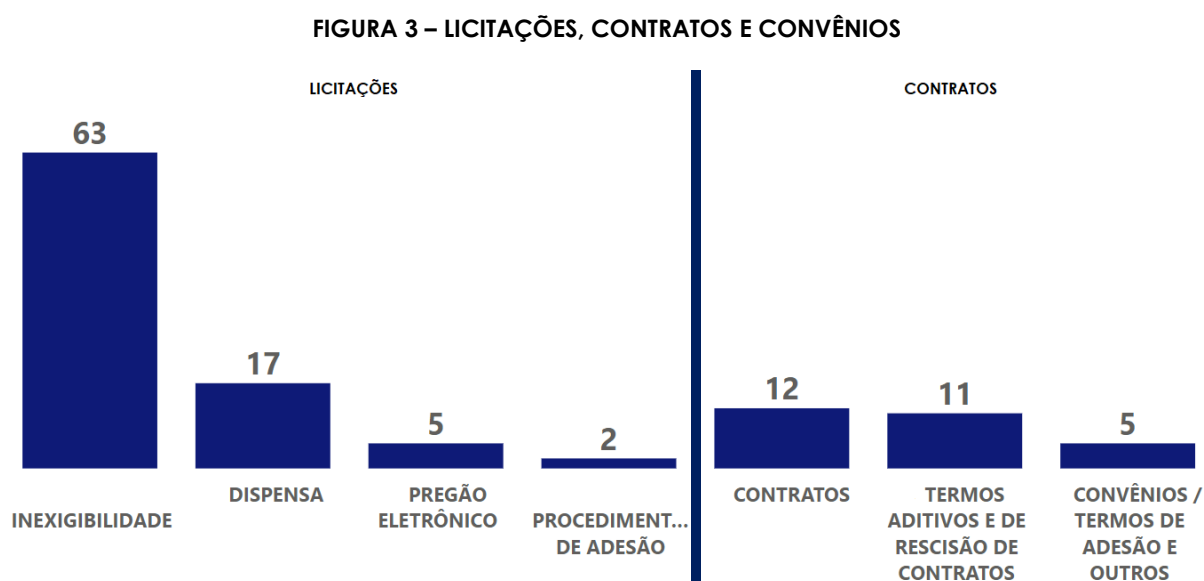
ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Aplicação de Fluor	10
	Semiologia	0
	RX	13
	Remoção de Pontos	2
	Tartarectomia	96
	Outros	134
	Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	3
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Pacientes Atendidos	181
Serviço Fisioterapêutico	Tratamento	386
	Tens	386
	Ultrassom	355
	EPI	0
	Forno de Beer	86
	Bandagem	110
	Infravermelho	175
	Ondas Curtas	70
	Terapia Manual	0
	Fisioterapia Respiratória	0
	Crioterapia	294
	Exercícios Exométricos	125
	Ginástica Laboral	0
	Outros	0
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	0
	Pacientes Atendidos	386
Atividades Administrativas	Emissão de parecer	0
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	10
	Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	4
	Comunicação Interna/ Memorando	3

ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	6
	Participação em Eventos da SSIS	13
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	0

Fonte: DGP.

4.4. Gestão de Contratações

Compete à Divisão de Licitações e Contratos (DLC) coordenar as atividades referentes a procedimentos licitatórios e gestão contratual. Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:



Fonte: DLIC.

4.5. Gestão do Conhecimento

A Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí tem por objeto principal qualificar e conscientizar seus servidores, os governantes, os gestores, as equipes de apoio e assessoria das entidades jurisdicionadas, os controladores institucionais e sociais, os parceiros da rede de controle e a sociedade para o exercício da boa gestão e dos controles como instrumento transparente de realização de um Estado Democrático de Direito.

Na tabela a seguir, destacam-se as atividades de qualificação e capacitação realizadas durante o quarto trimestre:

QUADRO 41 – QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
1	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	12 servidores	Membros e Servidores TCE
2	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	04 servidores	Membros e Servidores TCE
3	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	03 servidores	Membros e Servidores TCE
4	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	01 servidores	Membros e Servidores TCE
5	Especialização “MBA em Ciências de Dados” - Modalidade Extensão Universitária (Pós-Graduação)	ICMC/USP	460 h	01 servidor	Servidor TCE
6	Curso Redes de Computadores – Modalidade Extensão Universitária (Pós-Graduação)	UNICAMP - FUNCAMP	377 h	01 servidor	Servidor TCE
7	Mestrado Profissional em Administração e Ciências Contábeis	FUCAPE	432h	02 servidores	Servidor TCE
8	XIII Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas – EDUCONTAS em Maceió-AL	TCE-AL	12hs	01 Membro e 05 servidores	Membro e Servidor TCE
9	Oficinas para ações de controle do CTE-IRB no XIII Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas – EDUCONTAS	TCE-AL	12hs	01 servidor	Servidor TCE
10	16º Pregão Week – Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão	Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda	30hs	01 servidor	Servidor TCE
11	Palestra e Curso Sobre Nova Lei de Licitação - Lei 14.133/21 (com LINDB) - Jurisprudência Inicial e Aspectos Polêmicos.	TCE/PI	13hs	9 Servidores, 122 Jurisdicionados, 19 sociedade	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
12	Direito Administrativo	IMAZON	60hs	01 servidor	Servidor TCE
13	Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público - Completa Teoria	MMP Cursos Capacitação e Treinamento Ltda	20hs	02 Servidores	Servidor TCE
14	“XII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil: Gestão de Pessoas – Novo Contexto e Novas Possibilidades em Goiânia - GO	TCE-GO	16hs	04 servidores	Servidor TCE
15	Encontro Nacional de Corregedoria e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCO 2022 em BH-MG	TCE-MG	4hs	01 Servidor	Servidor TCE
16	XXXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	AASP	40hs	02 Membro e 01 servidor	Membro TCE e Servidor
17	Equilíbrio Fiscal (40h/a) e Elaboração de Relatório de Auditoria (24h/a),	ENAP	64hs	01 servidor	Servidor TCE
18	Auditoria da Fundação Vanzolini relativa ao MMD-TC em SP	ATRICON	12hs	01 Membro	Membro TCE
19	Evento tele presencial denominado “Investigações de Fraudes Corporativas	IIA Brasil	08hs	01 Membro	Membro TCE
20	Evento tele presencial denominado “FRAUD	IIA Brasil	24hs	01 Membro	Membro TCE
21	“Como Conduzir uma Tomada de Contas Especial	MMP Cursos	20hs	02 servidor	Servidor TCE
22	Curso Cerimonial e Protocolo	IMAZON	80hs	01 servidor	Servidor TCE
23	Auditoria e Controle para Estatais (20h/a) e Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (40h/a	ENAP	60hs	01 servidor	Servidor TCE
24	III Encontro, Tema: As desigualdades e Assimetrias Brasileiras – Desafios para tornar o Brasil mais inclusivo e equilibrado em BSB	IRB	40hs	01 Membro	Membro TCE



Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
25	Oficina de Validação da Identidade Organizacional do IRB (Missão, Visão e Valores) para o período 2023 a 2027 em BSB	IRB	07hs	01 servidor	Servidor TCE
26	Curso Gestão de Estoque	FAJON	120hs	01 servidor	Servidor TCE
27	4º encontro Técnico sobre Fiscalização de Concessões e PPPs – TCE-SP	TCE-SP	20h15min	03 servidor	Servidor TCE
28	Auditoria Governamental e Controles Interno e Externo	CONSULTRE	21hs	02 servidoras	Servidor TCE
29	ENAO 2022 - IRB - TCDF - Novo Marco Legal do Saneamento Básico	Ibraop	18h50min	02 servidores	Servidor TCE
30	curso online de "Licitações e Contratos	Instituição Comunidade Contratações Públicas e Treinamentos Ltda	130hs	19 servidores	Servidor TCE
31	2º seminário Nacional de Controle Interno nas Contratações Públicas	Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda	24hs	02 servidores	Servidor TCE
32	Curso de Formação em Controladoria Municipal.	Prof. Marcio Rodrigo CGE/PI EGC	30hs	1 Servidor 47 Jurisdicionados	Membros, Servidores e Jurisdicionados
33	XXVI Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo	Concep 2022	15h20min	02 servidores	Servidor TCE
34	"VIII Encontro dos Tribunais de Contas – TC'S no RJ	ATRICON	17hs	10 Membros e 09 servidores	Membros e Servidores TCE
35	Reunião da Rede Infocontas durante o VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas e discussão internas da Rede com membros da comissão da Atricon designada para traçar o plano de metas 2022-2023 da Rede	ATRICON	12hs	01 servidor	Servidor TCE
36	2ª Semana Nacional Sobre a Nova Lei de Licitações	Escola de Administração e Treinamento LTDA	35hs	03 servidores	Servidor TCE
37	Introdução ao Orçamento Público	ENAP	40hs	01 servidor	Servidor TCE
38	"Compliance Tributário Trabalhista Administrativo	Capacity Treinamento e Aperfeiçoame nto Ltda	24hs	04 servidores	Servidor TCE
39	Licitações e Contratos da Administração Pública	IMAZON CURSOS	70hs	01 servidor	Servidor TCE
40	Gestão e Fiscalização de contratos Administrativos	ENAP	40hs	01 servidor	Servidor TCE
41	Curso de Informática	IMAZON CURSOS	60hs	02 servidores	Servidor TCE
42	Direito Tributário Básico (35h/a), pelo PRIME CURSOS e o curso a Nova Lei de Licitações: Visão Geral (10h/a), pelo o ENAP	PRIME CURSOS e ENAP	45hs	01 servidor	Servidor TCE
43	"Equilíbrio Fiscal"	ENAP	40hs	02 servidores	Servidor TCE
44	Contabilidade Pública de acordo com o Novo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP, 9ª Edição	CONSULTRE	28hs	03 servidores	Servidor TCE
45	13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva em Salvador	ABRASCO	42h50min	01 servidor	Servidor TCE
46	Curso de Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada	CEDEP	60hs	01 servidor	Servidor TCE
47	Curso Urgência e Emergência	Grupo Intra de Ensino e Pesquisa a	60hs	01 servidor	Servidor TCE

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
		Distancia			
48	1º Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania" (CH – 12h), "Seminário do MPC/MG" (CH – 07h) e "Treinamento em atividades de inteligência e contrainteligência" (CH - 7h) em BH	TCE-MG	26hs	05 servidores	Servidor TCE
49	XI Brazilian Conference on Intelligent Systems – BRACIS 2022"	Sociedade Brasileira de Computação	20hs	01 servidor	Servidor TCE
50	5º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (5º CONACON) em Fortaleza	ANTC	25h30min	01 Membro e 19 servidores	Membro e Servidores TCE
51	Curso de Estudos Avançados – IV Encontro do Curso de Estudos Avançados do IRB - Tema: Aquecimento Global, Agenda Ambiental e Desenvolvimento Econômico"	IRB	04hs	01 Membro	Membro TCE
52	Gestão Orçamentária e Financeira (20h/a) e Direito Regulatório (20h/a)	Instituto Serzedello Correa	40hs	01 servidor	Servidor TCE
53	"Lei Nº 8112/90 e suas alterações" (40h/a)	ENAP	40hs	01 servidor	Servidor TCE
54	Tomada de Contas Especial de Transferência de Recursos Federais	TCU	40hs	01 servidor	Servidor TCE
55	Fórum Internacional de Auditoria Governamental – Edição Museu do Amanhã no RJ	Editora Fórum e apoio do TCU	24hs	01 Membro	01 Membro
56	Masterclass – Gestão Estratégica de Pessoas no setor Público	InfocoRH Ltda	16hs	04 servidores	Servidor do TCE
57	evento telepresencial Implantando o Programa de Integridade e Compliance no Setor Público	IIA Brasil	04hs	01 Membro	Membro TCE
58	Oficina para a modelagem do Projeto Político Pedagógico nas Escolas de Contas nem Brasília-DF	IRB	12hs	02 servidores	Servidor TCE

Fonte: EGC.

4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 42 – ATIVIDADES DA STI

ATIVIDADES
1. Implantação de ferramenta para unificação da contagem de prazos processuais e de prestações de contas
2. Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas: Licitações web, Contratos web, Sagres web e controle, Documentação web, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Serca, Controle de multas e Auditoria (Módulo Relatórios)
3. Criação de novos relatórios internos, além de atualizações corretiva e evolutiva de outros já em produção
4. Modelagem de novos cubos para BI (<i>Business Intelligence</i>)
5. Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet
6. Manutenção de equipamentos do TCE-PI

ATIVIDADES
7. Suporte aos usuários internos
8. Suporte aos jurisdicionados na utilização dos diversos sistemas de prestações de contas eletrônicos
9. Desenvolvimento de novo sistema de prestação eletrônica de contas – SagresPC
10. Inclusão de novas funcionalidades no software para coleta e monitoramento de informações junto a jurisdicionados (Capture)
11. Configuração e disponibilização de novos tipos de processos para apreciação no Sistema Plenário Virtual
12. Implantação da segunda versão do módulo "Gerador de Relatórios - DFAM", do Sistema de Auditoria
13. Configuração e disponibilização de 29 notebooks, 12 computadores (desktops) e 33 monitores para ampliação e renovação tecnológica do TCE/PI
14. Ajustes de implantação da nova solução de rede sem fio em todas as instalações do TCE/PI
15. Treinamento e ajustes de implantação da nova solução de backup do <i>datacenter</i> do TCE/PI

Fonte: STI.

4.7. Controle Interno

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se os pareceres emitidos no período:

FIGURA 4 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO



Fonte: Controle Interno.

4.8. Corregedoria

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

No 4º trimestre de 2022, a Corregedoria Geral, no exercício de suas competências, realizou, dentre outros, os seguintes atos:

QUADRO 43 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

ATO	OBJETO	OUT	NOV	DEZ
Memorando	Solicitações Diversas	-	-	-
Despachos	Nada Consta/ Solicitação de Informações/ Avaliação de Teletrabalho/ CADEP	8	20	49
Fichas de Avaliação	Ficha de avaliação de estágio probatório	-	-	24
Pareceres	Relatórios de Correição	-	-	4
Processos	Instauração de processos (ÉTICO/PAD)	0	1	1

Fonte: Corregedoria.

4.9. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Ela cria e amplia os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade e aposta na construção transparente, coletiva e participativa. É uma oportunidade de participação ativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública do Estado e dos Municípios piauienses, e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

- Serviços ofertados pela Ouvidoria:

QUADRO 44 – SERVIÇOS DA OUVIDORIA

SERVIÇOS DA OUVIDORIA
Orientação ao cidadão acerca das formas de se estabelecer contato com o TCE
Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade, e mesmo com sigilo, nos casos em que o mesmo for solicitado e que a legislação permita
Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados
Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público
Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição
Sugestão de aprimoramento dos serviços do TCE-PI acerca das oportunidades identificadas
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas e com a Rede de Ouvidorias Estadual (Rede Ouvir), para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social

- Tipos de manifestação recebidos pela Ouvidoria do TCE/PI:

QUADRO 45 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Pedidos de Informação – Qualquer interessado poderá requerer informações do seu interesse ao TCE/PI, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada, conforme art. 10 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Importante ressaltar que o pedido não precisa apresentar justificativa, e que o TCE/PI terá 20 (vinte) dias para apresentar resposta definitiva, podendo prorrogar este prazo uma vez, motivadamente, por mais 10 (dez) dias
Reclamações / Elogios / Sugestões – Qualquer usuário poderá qualificar as ações do TCE/PI ou de seus funcionários, seja elogiando uma atuação positiva, seja criticando ações que não estão funcionando a contento, ou mesmo apresentando sugestões para um melhor atendimento e atuação deste Tribunal. Nenhuma destas formas de manifestação exige a identificação do usuário, embora ele possa se identificar, caso deseje
Comunicações de Irregularidades – Qualquer interessado poderá informar ao TCE/PI circunstâncias onde, no seu entendimento, estejam presentes indícios de irregularidades ou ilegalidades na atuação de agentes ou entidades da Administração Pública do Estado do Piauí ou de qualquer um de seus municípios, a fim de que o TCE/PI tome ciência da situação e possa agir com maior rapidez. Esta manifestação não é equivalente ao processo formal de denúncia, e também não exige a identificação do usuário

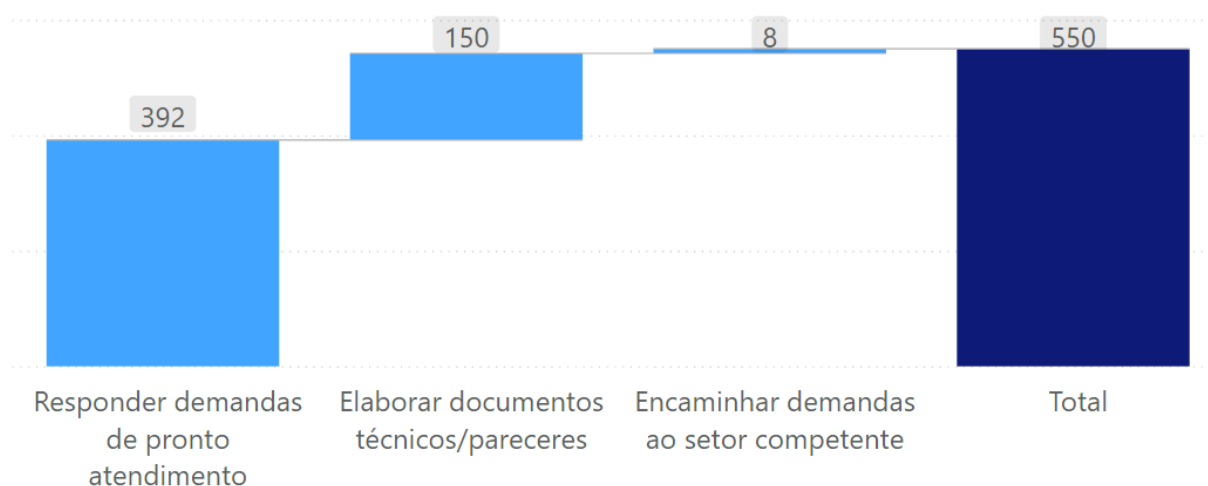
- Canais de comunicação:

QUADRO 46 – CANAIS

CANAIS
Portal: http://www.tce.pi.gov.br/transparencia/ouvidoria/
E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br
Telefone: (86) 3215-3987 / (86) 3215-3985 / (86) 3215-3839 / (86) 3215-3843/ 0800-280-5677
Whatsapp: (86) 99423-5047
Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900
Formulários de manifestações ao TCE-PI (Central do Cidadão)
Atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Cidadão, localizado no térreo do edifício-sede do TCE/PI

Destaca-se abaixo o quantitativo de atendimentos realizados e demandas respondidas pela Ouvidoria no período:

FIGURA 5 – ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria.

4.10. Comunicação

A Comunicação Social – CS do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à CS a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;

▪ **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Comunicação Social em números no período:

FIGURA 6 – ATIVIDADES DA CS



Fonte: Comunicação Social.

O 4º trimestre de atividades desempenhadas pela CS conclui o ano de 2022 com a continuação do desenvolvimento de material gráfico aos programas internos do TCE como banner para o “Sextas sem Contas”, artes para site e redes sociais, adaptação de conteúdo para diferentes formatos, material gráfico e digital para divulgação e exposição em eventos, comunicados internos e cobertura externa a eventos fora da corte piauiense, como visitas técnicas e a cobertura do “Encontro dos Tribunais de Contas” e outros eventos importantes.

A comunicação atuou principalmente em ações internas, com a continuação de quadros no fomento ao conteúdo humanizado apresentando seus servidores à sociedade fortalecendo um dos pilares da comunicação interna, o endomarketing. Também viabilizou através de materiais digitais o acompanhamento de ações e resultados do TCE divulgando amplamente nos canais oficiais de comunicação.

Participou ativamente da criação visual da galeria do esporte em conjunto com outros departamentos do TCE.

4.10. Gestão Patrimonial

Compete à Divisão de Patrimônio e Logística – DPL as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabela a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

QUADRO 47 – ATIVIDADES DA DPL

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
Seção de Almoxarifado – SA	Requisições de Material (RM) atendidas	1.133
	Requisições de Material (RM) canceladas	25
	Suprimentos de Fundo Finalizado	0
	Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	12
	Notas fiscais recebidas com Material Permanente	0
	Valor Notas Fiscais - Material de Consumo	R\$ 108.030,83
	Valor Notas Fiscais - Material Permanente	RS 0,00
	Valor Notas Fiscais – Suprimento de Fundos	RS 0,00
	Valor Total das Notas Fiscais	R\$ 108.030,83
Seção de Transportes – ST	Aquisição de Combustíveis e lubrificantes	18.813,79
	Aquisição de peças e serviços	6.382,00
	Aquisição 02 capacetes	-
	Locação de Veículos	-
	Renovação de Documento de Veículos	-
	Renovação Apólices Seguro Veículos	-
	Rotas em Teresina e Região Metropolitana	473
	Rotas Intermunicipais	14
	Municípios Visitados	21
	Quilômetros Rodados	23.417
	Suprimentos de Fundo Finalizados	2.000,00
Seção de Manutenção – SM	Contratos fiscalizados	15
	Suprimentos de Fundo finalizados	7
	Atendimento a demandas internas diárias	1800
	Atesto Efetuados em serviço de consertos solicitados	12
	Fotocópias	1926
	Encadernações	84

SEÇÃO	ATIVIDADES		QUANTIDADE
Seção de Controle de Patrimônio – SCP	Receber e Incorporar Bens Patrimoniais		102
	Atendimento Interno de Transferências de Bens		-
	Atendimento Interno de Transferências de Bens Patrimoniais		352
	Emissão de Termo de Responsabilidade		162
	Controle de Documentos/Processos no e-TCE		9
	Rotinas patrimoniais (Aquisição)		-
	Rotinas patrimoniais (Desfazimento)		-
	Emissão de Tombamento – Bens Novos	Bens Móveis Mobiliários	-
		Equipamentos de Informática	-
		Bens de Escritório Duráveis	40
		Equipamentos	38
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	24
	Baixa de Bens - Bens para Doação / Permuta / Cessão / Descarte	Bens Móveis Mobiliários	-
		Equipamentos de Informática	-
		Bens de Escritório Duráveis	-
		Equipamentos	-
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
Seção de Arquivo Geral – SAG	SEI-Processos Administrativos		49
	Atendimento de solicitações escritas		244
	Correspondências Internas expedidas		-
	Correspondências Internas recebidas		-
	Atendimento com retorno à Presidência		-
	Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos		1920
	Assinaturas solicitadas		567
	Recebimento e controle de processos		-
	Envio de Processos via Correios (AR's)		187
	Controle de Retorno de Correspondência (AR's)		231
	Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios; plataformas digitais		299
	Recurso		-
	Denúncia		24
	Representação		76
	Embargos/Agravo		-
	Prestação de Contas Estaduais e Municipais		178
	Tomada de Contas		-
	Tomada de Contas Especial		6
	Processos de Aposentadorias e Pensões (SISPREV)		525

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
	Processos de Aposentadorias e Pensões	141
	Processos de Admissão de Pessoal	11
	Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	-
	Consultas	1
	Auditorias	27
	Inspeção	11
	Inspeção Extraordinária	-
	Multas	29
	Pedido de Reexame	-
	Pedido de Revisão	-
	Monitoramento	5
	Processo Ordinário Administração	4
	Requerimento Administrativo	166
	Ordem Judicial	8
	Acompanhamento de Decisão	12
Seção de Compras – SCOM	Orçamentos Coletados	137
	Fornecedores Cadastrados	86
	Aquisições Diretas	5
	Produtos Catalogados	120
	Ordens de Fornecimento ou Serviço Emitidas	4
	Termos de Referência Elaborados	8
	Projetos Básicos Elaborados	-
	Fornecimento de Serviços a Terceiros	-
	Xerox	-
	Encadernações	-
	Cartões de Frequência	-
	DVD's	-